

Povos Indígenas no Brasil

Fonte Jornal de Brasília (D.F.)

Class.:

318

Data

11 de Janeiro de 1981

Pg.:

Projeto de emancipação é um genocídio camuflado, diz Cimi

O projeto de emancipação dos índios brasileiros voltou a ser discutido. Três anos depois de ter sido abandonada a proposta de Rangel Reis, ministro do Interior do Governo Geisel, a Funai pretende alterar o Estatuto do Índio nos capítulos referentes à emancipação. O anteprojeto do decreto-lei já se encontra na Consultoria Geral da Presidência da República, segundo denúncia do deputado José Costa.

Esta informação vem preocupando as entidades de apoio às nações indígenas do Brasil e Dom José Gomes, bispo de Chapecó (SC), presidente do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) considera esta nova forma de emancipação como "um genocídio camuflado e um claro etnocídio".

Ele defende a idéia de que o anteprojeto deva ser discutido amplamente em todo o país e não entende as razões pelas quais se mantém em sigilo o texto que altera a lei 6001 (Estatuto do Índio), uma reforma que poderá emancipar os índios à revelia destes com a emancipação unilateral, até então não contida na lei. Para Dom José esta forma de emancipar "é incorreta e desleal por parte da Funai".

Em entrevista concedida durante sua passagem por Brasília, o presidente do Cimi comentou alguns pontos já divulgados pelo presidente da Funai, coronel Nobre da Veiga, em recente entrevista.

INSUFICIENTE

"O pleno conhecimento da língua, idade superior a 21 anos, capacidade de sobrevivência pelos próprios meios e razoável compreensão dos usos e costumes nacionais" são, para o presidente do Cimi, "provas insuficientes" de que um índio tem condições de se emancipar, referindo-se às declarações do presidente da Funai.

Ele acredita que o item "capacidade de sobrevivência pelos

próprios meios" se constitui em "um ardil sutil e venenoso porque todos os grupos que sobrevivem da agricultura, do artesanato, por exemplo, podem ser declarados aptos para a emancipação. Ora, isto é uma maneira eficaz de desenvolver uma política que a Funai vem pregando há muito tempo: integrar o índio o mais rápido possível à comunhão nacional para que ele não seja "um estorvo para o desenvolvimento do país", como dizia o ex-presidente do órgão, general Bandeira de Mello.

Quanto à idéia de emancipar o índio unilateralmente, ou seja, sem que ele faça o pedido de liberação da tutela, como está previsto no Estatuto, o presidente do Cimi alerta para o fato de que "esta é uma maneira de fazer com que os índios mais evoluídos e mais conscientes não possam mais trabalhar em defesa dos outros. Uma maneira de impedir que eles se organizem em associações e federações, como já vêm fazendo.

EMANCIPAÇÃO INDIVIDUAL

Sobre a questão de emancipar apenas um indivíduo de determinado grupo, como vem propondo a Funai, Dom José Gomes chama novamente atenção para o problema da "capacidade de sobrevivência". Ele indaga como se processará a vida futura deste índio emancipado: "o índio poderá continuar trabalhando nas terras do Governo? E qual o interesse de emancipar o índio quando ele tem capacidade de se desenvolver trabalhando na própria terra? Será que ele poderá continuar vivendo na aldeia ou será expulso? São muitas as indagações?"

O grande problema, entretanto, diz Dom José, se localiza na questão dos índios que não têm terra demarcada "mas têm consciência da política indigenista". Para ele, estes índios serão "simplesmente integrados de forma unilateral.